

Emenda substitutiva poderá alterar limitação de juros

BRASÍLIA — A aceitação da emenda que altera o artigo que fixa as taxas de juros em 12 por cento ao ano, confirmada ontem pelo Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), constitui-se na abertura de um precedente para a apresentação de texto substitutivo no segundo turno de votação, para o qual o Regimento Interno só admite emendas supressivas. A emenda mantém na Constituição o princípio da limitação da taxa de juros, mas deixa para a lei ordinária a fixação dos índices. Nas Disposições Transitórias, permanece o índice de 12 por cento.

Cabral ainda não emitiu seu parecer sobre a emenda, articulada pela Liderança do PMDB e assinada pelo Deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), mas a considerou regimental. Assim, mesmo que receba parecer contrário, ela poderá ser votada em plenário. Esta proposta representa a chance concreta de as Lideranças do PFL e do Governo verem excluído das Disposições Permanentes da nova Carta o limite de 12 por cento ao ano nas taxas de juros.

Para aceitar a emenda, Bernardo



Bernardo Cabral (à esquerda), Ulysses e José Fogaça analisam as emendas

Cabral certamente acolheu a justificativa apresentada pelo Deputado Paulo Macarini. Este explicou que o desmembramento do dispositivo visa a sanar um equívoco técnico quanto ao tratamento dispensado às matérias nele contidas:

— O princípio da limitação da taxa de juros, em índices a serem fixados em lei, efetivamente se reveste de cunho permanente e, por isto, mere-

ce tal tratamento. Já a fixação dos índices, com referência numérica, diz respeito à lei ordinária, porque eventuais oscilações drásticas da economia que exigissem alteração dos números estabelecidos não implicariam reforma do texto constitucional. Preserva-se, ainda, em caráter provisório, a medida drástica da limitação em 12 por cento, até que o Congresso decida sobre o assunto.

Relator é contra supressões em itens trabalhistas

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), emitiu parecer contrário às emendas que suprimiam artigos referentes a direitos sociais e trabalhistas, como o turno ininterrupto de seis horas, a licença-paternidade e o direito de greve. Mas ele admitiu algumas alterações nestes artigos. Até ontem à noite, Cabral havia emitido parecer sobre as emendas dos Títulos I e II, além de concluir a classificação das 1.844 emendas apresentadas, rejeitando apenas 70, consideradas aditivas ou substitutivas — o que não impede que elas sejam submetidas ao plenário.

Mantendo o apoio aos dispositivos

aprovados através de acordo de lideranças, Cabral emitiu parecer contrário a todas as emendas que restringiam o direito de greve. Algumas derrubavam este direito nos serviços essenciais, enquanto outras estabeleciam que a greve fosse feita somente na defesa de interesses trabalhistas. Pelo texto aprovado, cabe aos trabalhadores a definição dos interesses que defenderão com a paralisação.

A alteração aceita quanto ao turno ininterrupto de trabalho — a supressão do termo "máximo" na fixação do limite de seis horas — agrada à Liderança do PMDB e até mesmo aos partidos de esquerda. A supressão foi proposta pelo próprio autor da emenda aprovada no primeiro turno,

Deputado João Paulo (PT-MG). As Lideranças do PFL e do Governo, entretanto, querem suprimir o limite de seis horas.

Em relação à licença-paternidade, Cabral acolheu uma emenda que mantém este direito na nova Carta, mas remete para a legislação ordinária a fixação do prazo — definido em oito dias no primeiro turno.

Depois de acompanhar o trabalho do Relator e dos Relatores Adjuntos — Senadores Konder Reis (PDS-SC) e José Fogaça (PMDB-RS) e Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) — durante duas horas, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, comentou que o trabalho de avaliação das emendas está sendo feito dentro dos prazos previstos:

A NOVA PROPOSTA

É a seguinte a mudança proposta para a limitação das taxas de juros:

■ Texto aprovado no primeiro turno:
Parágrafo terceiro do artigo 197 — "As taxas de juros reais, nelas incluídas as comissões e quaisquer outras remunerações diretas ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12 por cento ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei."

■ Emenda apresentada pelo Deputado Paulo Macarini:

Parágrafo terceiro do artigo 197 — "As taxas de juros reais, nelas incluídas as comissões e quaisquer outras remunerações diretas ou indiretamente referidas à concessão de crédito, terão os limites fixados em lei, importando a cobrança acima dos mesmos em crime de usura, punido em todas as suas modalidades."

■ Transfira-se o enunciado referente ao índice dos juros para o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como artigo autônomo, com a seguinte redação:

"Art... — Enquanto não for aprovada a lei referida no parágrafo terceiro do artigo 197, a taxa de juros ali mencionada não poderá ser superior a 12 por cento ao ano."

— Estamos cumprindo o calendário até com certa folga. Estamos nos antecipando aos prazos.

Diante disto, ele convocou os constituintes para que estejam em Brasília no dia 25 deste mês, para o início do segundo turno. Ao fazer a convocação, Ulysses cometeu um equívoco; superado com muita astúcia.

— Faço apelo para que compareçam no dia 25 de agosto — dissera Ulysses, sendo imediatamente corrigido pelos repórteres.

Ele logo consentiu a data e tratou de explicar o motivo da confusão:

— Eu estava pensando na promulgação. Mas conto com todos aqui no dia 25 para começar a votar e, em breve, promulgar a Constituição.

Governo determina mobilização para garantir emendas

BRASÍLIA — O Porta-Voz da Presidência, Carlos Henrique Almeida Santos, informou ontem ao Governo encaminhado, através de suas Lideranças no Congresso, 42 emendas essenciais à governabilidade do País, sobretudo na área econômica. O Presidente José Sarney instruiu, ainda, os Líderes a mobilizarem a bancada situacionista com o objetivo de garantir a supressão dos dispositivos prejudiciais e assegurar a manutenção dos itens de interesse do Governo aprovados no primeiro turno:

— O Governo fará o possível para garantir o sucesso de suas emendas. O Presidente orientou os Ministros a darem todas as informações necessárias aos constituintes, esclarecendo os motivos que levam o Governo a não aceitar, por exemplo, o tabelamento dos juros e o perdão das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado — explicou Carlos Henrique.

Ontem, Sarney convocou duas reuniões para examinar as propostas do Governo. De manhã, no Palácio da Alvorada, encontrou suas Lideranças. A tarde, no Planalto, debateu o assunto com os Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, e com o Consultor Geral da República, Saulo Ramos. Na primeira reunião, O Presidente instruiu os Líderes para buscar entendimentos com as demais Lideranças na Constituinte, a fim de facilitar a aprovação das emendas.

Depois do almoço, Sarney recebeu, com satisfação, a notícia de que as Lideranças já tinham conseguido acertar a supressão do dispositivo que tabelava os juros, deixando a matéria para a legislação ordinária. Ele soube, também, que as negociações em torno de uma proposta para restringir a anistia das dívidas dos micro e pequenos empresários haviam encontrado boa receptividade.

Ainda na reunião matutina, quando o Presidente reforçou a necessidade de mobilizar as bancadas, o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, manifestou sua confiança na obtenção do número de votos necessário à aprovação

das propostas. Considerou injustas as notícias de que os constituintes não retornariam a Brasília para concluir a Constituição, permanecendo nos seus Estados para dedicar-se à campanha municipal. Lembrou que eles passaram meses elaborando o projeto e agora não o abandonariam.

— O Governo acha que a ausência de parlamentares agora em Brasília é circunstancial, uma vez que a Câmara e o Senado estão em recesso, e a Constituinte só abrirá os trabalhos de plenário a partir do próximo dia 25 — observou Carlos Henrique.

O Porta-Voz salientou que, no entender do Presidente Sarney, a campanha para as eleições municipais não prejudicará o quorum da Constituinte. Segundo ele, há uma expectativa de confiança, e que o Governo não considera incompatível a realização das campanhas eleitorais com o curso da Constituinte. Carlos Henrique disse que o Governo não está interessado em alterar o texto constitucional por "mero capricho", mas que a preocupação do Presidente Sarney é garantir a governabilidade do País não apenas durante o seu governo, mas também nos de seus sucessores.

■ MOBILIZAÇÃO — O Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) informou que a ideia do Governo é repetir, no segundo turno, o esforço realizado para garantir o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, assegurando os pontos de interesse do Executivo que não foram incluídos em acordos de Lideranças. Segundo ele, há possibilidades de entendimento com o Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), para a supressão, embora parcial, da moção de censura a Ministros; do voto facultativo aos 16 anos; da licença-paternidade e da anistia aos micro e pequenos empresários.

Em outras questões de interesse do Governo, como a eliminação do turno de seis horas e as efetivações de funcionários previstas nas Disposições Transitórias, nas quais Jobim se mostra renitente, seria necessária a mobilização dos situacionistas. A definição só virá, porém, a partir do dia 25, quando as conversas entram em fase final.

Sant'Anna apresentou ontem uma nova prioridade do Planalto: eliminar o Conselho da República — órgão típico do parlamentarismo — porque já existe entidade semelhante, o Conselho de Defesa Nacional.

Dornelles: Perdão fiscal custará pouco

BRASÍLIA — Com base numa experiência de seis anos como Secretário da Receita Federal, o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) afirmou ontem que a anistia fiscal concedida pela Assembléia Constituinte no artigo 54 das Disposições Transitórias terá "efeito quase nulo" nos cofres da União. Isso não impede, porém, que Dornelles seja contrário à medida, segundo disse "por razões éticas e por considerar que não se trata de matéria constitucional".

Na terça-feira, o Secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, informou que a anistia custaria CZ\$ 799 bilhões aos cofres públicos. Essa é uma verdade apenas aparente, na opinião de Dornelles. Primeiro, porque a maior parte das pendências tributárias que ainda são objeto de negociação entre a Receita e os devedores, no valor de CZ\$ 511 bilhões, tem origem em empresas já extintas,

que não honrariam mesmo o compromisso.

— Calculo que três quartos desse valor se acham nessa situação — estimou o Deputado.

Empresas pequenas, que na maioria já acabaram, também são encontradas no segundo caso, ou seja, no caso dos débitos já lançados na Divisão Ativa que estão sendo cobrados pela via judicial e que Mustafa estima em CZ\$ 438 bilhões. Mas nesse grupo é que se encontram os grandes devedores da Receita e que na avaliação de Dornelles dificilmente terão como se beneficiar da anistia. É que ela perdona as dívidas dos juros e multas, mas não da correção monetária plena. Dessa forma, segundo o Deputado, muito poucos terão condições de honrar seus compromissos no prazo de 120 dias determinado pelo artigo 54.

O mais grave

SEGUNDO o Secretário da Receita Federal, a anistia fiscal criada pelas Disposições Transitórias custará ao Governo CZ\$ 799 bilhões, com o perdão de juros de mora, multas e outros encargos tributários.

O PREJUÍZO representa aproximadamente o dobro da anistia às dívidas do Plano Cruzado.

COMO SE VÊ, os constituintes não instituíram apenas uma forma de calote, mas duas. Com a única diferença de que a segunda, muito mais pesada, foi aprovada sem que muitos constituintes tivessem noção do seu impacto.

QUE será mais grave: causar um prejuízo à Nação com conhecimento de causa, ou votar no escuro?

Líderes viajam para aproveitar o recesso

BRASÍLIA — Todos os Líderes partidários, exceto um, irão aproveitar o "recesso branco" causado pelo intervalo entre as votações de primeiro e segundo turno na Constituinte para visitar as suas bases eleitorais. O Líder do PFL, José Lourenço, viaja amanhã ao interior da Bahia para acompanhar de perto as convenções municipais que elegerão os candidatos a prefeito do partido.

Outro com viagem marcada para hoje é o Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim. Ele irá para Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde pretende acompanhar uma "pré-Convenção" do partido, já visando à escolha do candidato peemedebista à Prefeitura local. De lá, pretende se deslocar para a cidade de Santiago, a fim de prestigiar a posse do novo presidente da Associação Comercial e Industrial do município.

O Senador Mário Covas, depois de ter realizado as gestões necessárias para garantir a participação do PSDB nas eleições municipais deste ano, viajou para São Paulo sem nenhum programa definido.

Por sua vez, o Líder do PMDB na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, fez o contrário: trouxe toda a família para este "recesso branco", em Brasília.

Caiado diz que UDR defenderá a anistia

O Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, disse ontem que são duas as prioridades da entidade no segundo turno de votações da Assembléia Constituinte: o apoio à manutenção da anistia aos microempresários e produtores rurais, e a luta pela igualdade de direitos e deveres entre trabalhadores rurais e urbanos. Nos dias 18 e 19, advogados das 300 Regionais da UDR em todo o País se reúnem em Brasília para debater as medidas jurídicas contra a cobrança da correção monetária no crédito rural, que consideram irregular, razão pela qual defendem a anistia:

— A cobrança da correção monetária ao produtor rural é inconstitucional e ilegal, pois o Decreto Lei 70, de 1966 — que isenta e exclui a correção monetária do crédito rural —, não foi revogado até hoje — disse.

Ele faz questão de frisar que a "UDR e a classe política rural não patrocinaram o calote e o perdão das dívidas, como querem fazer crer".

— O setor produtivo rural não pode ser inviabilizado, pela cobrança da correção monetária e para o benefício do sistema financeiro. É por essa razão que a UDR abraçou a emenda da anistia, pois atende coletivamente aos anseios de pequenos e médios produtores rurais.

Mesquita defende a autonomia de Território

Em visita ao Presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, o Governador do Território de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, disse esperar que a Constituinte decida, no segundo turno de votação, não anexar a ilha ao Estado de Pernambuco.

Ele afirmou que a anexação, aprovada no primeiro turno, prejudicaria Pernambuco, que sofre com a falta de recursos orçamentários, e também o Território, que voltará a ficar esquecido e estagnado.

Fernando César disse que Pernambuco não tem condições de arcar com as despesas de Fernando de Noronha — área de proteção ambiental criada a partir de um decreto do Presidente José Sarney —, que vive hoje com uma renda de CZ\$ 1,5 bilhão, proveniente do Fundo de Participação dos Estados. E acrescentou que a população da ilha — cerca de 1.500 pessoas — não quer que ela seja anexada, não tendo sido ouvida a respeito.

Fernando César Mesquita, que tem um abaixo-assinado com cerca de 700 assinaturas contra a medida, gravou ontem um programa para a televisão e jantou com o Governador Moreira Franco.